



Dolarização X Honorários Profissionais

Ao fazermos um "Raio X" da situação dos serviços de radiologia, deparamo-nos com um quadro sombrio e de poucas perspectivas, senão de um processo que pode levar à insuportabilidade ou à falência de muitos de nossos profissionais e clínicas.

Tudo começou com o Plano Real, quando, confiando na estabilidade da moeda que teve como parâmetro o dólar americano, o valor de troca de um pelo outro chegou a corresponder R\$0,86 por U\$1,00. Foi justamente nesse momento que a maioria dos profissionais da Radiologia investiu pesado em equipamentos e materiais.

Como em nossa atividade todo equipamento, manutenção e material de consumo são produtos importados e cotados em dólar, num primeiro momento pensou-se que estava fazendo um ótimo investimento pelos idos de 1994. Ledo engano! Com o passar dos tempos e chegando aos dias atuais, constatou-se que, inobstante as dívidas contraídas em dólar iam tendo um aumento significativo, o mesmo não aconteceu com a remuneração ou reembolso que são pagos pelos utilizadores dos serviços prestados, pois estes permaneceram estáticos durante todo o período, quando não, reduzidos.

Se não bastasse esta defasagem de receber em real e ter que pagar em dólar, o setor radiológico teve ainda que amargar o aumento com a folha de pagamento dos funcionários e o alto custo da manutenção dos equipamentos.

Traduzindo em números e estabelecendo um quadro demonstrativo dessa defasagem, chegaremos ao absurdo de um aumento de mais de 400% do dólar em relação à nossa moeda, enquanto a remuneração dos serviços e o pagamento dos honorários dos profissionais pelos planos de saúde, Convênios e órgãos governamentais permaneceram os mesmos nesse intervalo de tempo, ou seja, mais de 8 anos sem qualquer aumento.

Para sair desse quadro sombrio é necessário que aliemos nossas forças e busquemos através da união de esforços a saída para uma sobrevivência tranqüila e aportada numa remuneração digna e igualitária para toda a categoria.

Buscando mudar essa situação e garantir aos profissionais e estabelecimentos de serviços de saúde a remuneração e as condições de trabalho que precisam e merecem, que levou as associações, cooperativas, federação e sindicatos representativos do setor a se unirem e a criarem o Comitê de Integração das Entidades de Representação dos Médicos e dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (CIER-Saúde).

Lançado oficialmente em junho do ano passado na Associação Médica de Goiás, o CIER-Saúde nasceu com a missão de organizar e coordenar as ações das entidades representativas da classe médica e dos estabelecimentos de saúde visando, principalmente, a remuneração dos serviços por eles prestados.

As bases do CIER-Saúde estão alicerçadas em:

- » remuneração digna
- » assinatura de Convenções Coletivas de Consumo
- » credenciamento universal dos médicos e a classificação dos estabelecimentos assistenciais de saúde
- » adoção de contratos de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas com cláusulas básicas a serem seguidas.

Com estatuto próprio, o Comitê, apesar de não ter fins lucrativos e nem personalidade jurídica própria, só terá sentido e alcançará os resultados desejados com o engajamento e a participação de todos os prestadores de serviço.

Logicamente que, apesar de em uma economia globalizada, o dólar pode-se dizer é a moeda de lastro, não buscamos a dolarização dos nossos serviços, mas, conforme já esta-

belecido em parâmetros para o petróleo, insumos agrícolas, medicamentos, farinha de trigo (cujo aumento reflete em nosso tradicional pãozinho), etc., sejam os mesmos, pelos menos, remunerados à altura para não sofrer tanta defasagem.

Isso, como foi dito, não vem sendo feito nem pelos índices medidos pelos institutos oficiais e extra-oficiais como o IPC/FIPE e IGPM/FGV que, se não se equiparam à dolarização dos honorários profissionais, pelo menos aliviarão um pouco as agruras e o sufoco por que passa o setor.

A perda contábil ocasionada pela contínua elevação do dólar atingiu limites insuportáveis, conforme dados obtidos nas várias empresas do setor. A partir dos dados disponíveis, as despesas financeiras dessas empresas, ocasionadas pelo endividamento em dólar e pelos juros pagos para quitar tais débitos, estão num patamar altíssimo. Para minimizar esse buraco, só mesmo a soma de todos os nossos esforços para conseguir um equilíbrio entre as receitas e despesas do setor, que em muito favorecerá a cobertura desse rombo que a disparada do dólar acometeu.

Com essa situação dramática, não nos resta outra saída. Ou se busca e luta por uma política de preços justa e que venha remunerar o capital aplicado e a remuneração digna pelos serviços prestados, ou a bancarrota continuará a nos rondar, especialmente se não houver uma recuperação rápida dessa grande defasagem existente entre a dolarização dos nossos insumos, equipamentos e manutenção e a baixa remuneração dos honorários profissionais nesse quadro assustador como o aqui explicitado.

Finalizando, para que possamos continuar prestando um serviço de qualidade e dentro das técnicas mais modernas do diagnóstico médico, precisamos ser remunerados à altura, não ficando estáticos e acordos com o atual quadro, nem sermos coniventes com a apatia e sujeitos a convênios, planos e outros serviços que, a bem da verdade, estão "ganhando dinheiro nas nossas costas", pois sempre tiveram aumentos na captação dos recursos, sendo que nunca nos repassaram.

O Dr. Carlos Alberto Ximenes é Médico Radiologista, membro titular do CBR e da Academia Goiana de Medicina e Conselheiro do Cremego.



O Rabo e o Cachorro

De uns tempos a esta data, a harmonia existente entre o órgão representativo (!?! dos técnicos em radiologia, Conter, e os detentores da especialidade Radiologia e Diagnóstico por Imagem, os médicos, têm sido seriamente afetada pela conduta daqueles através de vários de seus conselhos regionais.

Com efeito, pretendem os técnicos em radiologia, que as clínicas médicas dedicadas ao diagnóstico por imagem, se inscrevam ou se registrem em seus respectivos conselhos regionais. Pior, emitem boletos de cobrança e os encaminham às clínicas alvo para que paguem as "anuidades" correspondentes, em conduta que nos remete aos piores momentos dos ditos "anos de chumbo", dada a truculência.

De outro modo, não podemos esquecer que dita entidade tem poder normativo, porém esse poder está circunscrito aos profissionais que congrega, não atingindo profissionais regidos por outra legislação e filiados a outros conselhos, como os médicos e o CFM.

Destarte, a clínica "premiada" pelo conselho de técnicos tem que contratar advogado e buscar guarida junto ao Poder Judiciário, de modo a não ter o "débito", arbitrariamente imputado,

motivo de inscrição na dívida ativa e objeto de cobrança judicial.

Nesse passo, o CBR ao tomar conhecimento desses abusos, patrocinou vários procedimentos judiciais buscando coibir a absurda conduta, sendo que os primeiros resultados práticos estão se verificando no Estado da Bahia, onde o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por sua Quinta Turma, à unanimidade, negou provimento à apelação interposta pelo Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 8ª Região que se insurgiu contra R. Sentença prolatada pelo Juiz Federal de Primeira Instância, em ação ordinária que propôs contra clínica de diagnóstico por imagem, estabelecida em Salvador, com o objetivo de obrigá-la a proceder ao registro no Conselho de Técnicos.

Esse julgamento, em Segunda Instância, de relevante importância, não só para os médicos radiologistas, mas para inúmeras outras categorias profissionais, autoriza que se transcreva sua EMENTA:

"ADMINISTRATIVO. CONSELHO PROFISSIONAL. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS REMUNERADOS. ATIVIDADE-FIM DE MEDICINA. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA. LEI No. 6.839/80.

1. O registro de empresa em conselho profissional decorre da atividade básica por ela desenvolvida (art. 1º da Lei No. 6.839/80).

2. A sociedade civil de prestação de serviços médicos remunerados exerce atividade básica de medicina em geral, não se limitando a serviços radiológicos, razão pela qual deve ser inscrita no respectivo Conselho Regional de Medicina e não no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia. Precedentes deste Tribunal.

3. Apelação improvida.
ACÓRDÃO

Decide a Turma, à unanimidade, negar provimento à apelação.

5ª Turma do TRF – 1ª Região – 03.06.2002.
Juíza Federal DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO

O Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem está atento e solicita aos médicos e clínicas dedicadas ao diagnóstico por imagem, que informem a respeito de qualquer tentativa de abuso ou mesmo de lesão ao direito, pois como as coisas estão se conduzindo em breve haverá entidades pretendendo que o rabo abane o cachorro...

*Dr. Antonio Luiz Bueno Barbosa é
Assessor Jurídico do CBR*